

Um outro retrato da pobreza

Estudo aponta maior incidência de deficientes em regiões miseráveis

DANIELA DARIANO

A pobreza gera deficiência e vice-versa, com poucas exceções. A conclusão é do economista-chefe do Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri, que lançou ontem, em Brasília, um detalhado estudo socioeconômico e demográfico dos portadores de deficiência no país. A pesquisa *Retratos da deficiência no Brasil*, feita em parceria com a Fundação Banco do Brasil, mostra que, dos nove Estados nordestinos, oito encabeçam o ranking de incidência de portadores de deficiência – mental, paralisia, falta de membros, dificuldade ou incapacidade de ver, ouvir, enxergar ou caminhar.

— Existe uma relação direta entre pobreza e deficiência.

Nos Estados mais pobres, as taxas de deficiência são mais altas. Isso ocorre porque as políticas preventivas na área de saúde são menos presentes, na hora do parto, na gravidez – afirma o pesquisador.

Neri explica que o estudo ampliou o conceito de deficiente, considerando os portadores de alguma deficiência mais branda – como ouvir ou enxergar muito mal – e também os casos mais graves, de incapacidade total – como os cegos, os surdos e os paraplégicos. Assim, o índice de portadores de incapacidade aumenta entre a população pobre, que não tem acesso a aparelhos corretivos.

Segundo o pesquisador, três fatores são determinantes do índice de deficientes de uma região: a idade, o poder econômico e a acessibilidade a portadores de deficiência. Da população

acima de 60 anos, metade tem deficiência parcial e 7,3% tem algum tipo de incapacidade. Isso, com a acessibilidade, explicaria, por exemplo, por que a Paveleta da Rocinha, no Rio de Janeiro, tem um índice de deficientes mínimo, apesar de ter moradores de baixa renda. Com uma população jovem – a idade média é de 28 anos, segundo Neri –, essa favela não favorece o acesso a deficientes.

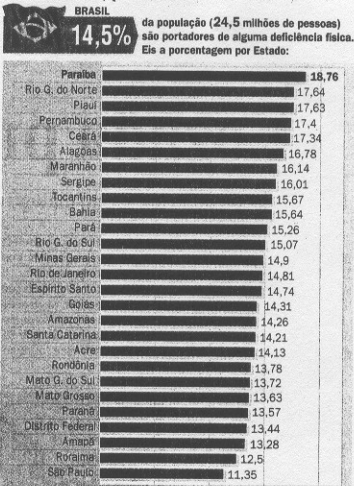
Ao todo, o Brasil tem 24,5 milhões de portadores de deficiência (14,5% da população), segundo o Censo 2000. De acordo com o estudo, 41,62% dos brasileiros portadores de algum tipo de incapacidade física têm renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, em contraste com o quadro nacional, em que 32% da população geral vivem nessa condição.

— O grupo de pessoas com percepção de incapacidade é bem mais pobre. A pobreza é 50% menor do que no conjunto da população brasileira – acrescenta.

Segundo ele, as dificuldades de acesso a trabalho são definitivas para essa realidade. Dados colhidos em órgãos governamentais e instituições de pesquisa mostram que a Lei de Cotas para deficientes no mercado de trabalho não é integralmente cumprida. Falta ainda o preenchimento de 518 mil vagas. No entanto, há uma estatística nova e animadora para os deficientes: uma vez ocupando o mesmo cargo de uma pessoa sem deficiência, o deficiente ganha salários mais altos.

— Quando eles chegam lá, conseguem superar o restante da população, o difícil é chegar – comenta.

A deficiência, por Estado



André Lobo

WILTON COSTA, impossibilitado de exercer a antiga profissão, decidiu estudar Direito e hoje é auditor fiscal

Coragem para superar as limitações

Há 12 anos, Wilton Silva Costa, 45 anos, "mas com um corpinho de 20", teve a perna direita amputada depois de ter sido atropelado por um ônibus no Estado Rio de Janeiro. O acidente, em vez de medo, lhe deu coragem. Como técnico de uma empresa, previu que seria excluído do mercado de trabalho e se lançou em vãos mais altos.

Estudou e formou-se em Direito, foi professor durante dois anos na Universidade Federal Fluminense e, há sete, é auditor fiscal do trabalho, além de ministrar aula de Direito do Trabalho em cursinhos.

— Depois do acidente, me encorajei. Como advogado, mesmo uma cadeira de rodas, me sentiria pleno. O pensamento

tem asas, não pernas – diz, sem ressentimento.

No Rio há 31 anos, depois de deixar o município natal de Marum, no Sergipe, Wilton mora em Niterói com a mulher e o filho, de 15 anos. A limitação física foi diminuída, há cerca de 10 anos, com a colocação de uma prótese. Hoje, o advogado tem vida ativa: dirige, nado, cozinha e trabalha.

— Subo até em caqueiro, para tirar o fruto – conta.

Não poder jogar futebol deixou de ser uma frustração, superada pela forte atuação profissional. Ontem, no 1º Fórum de Combate à Discriminação no Mercado de Trabalho, promovido pela Delegacia Regional do Trabalho no Ministério Público

do Rio, foi saudado por colegas, amigos e admiradores de sua trajetória de sucessos.

— Tenho limitação. Mas busca sempre formas de conquistar novos mundos. Sonhar qualquer um pode – ensina, sem deixar de agradecer à sua mulher, "que sempre foi generosa".

— Sem negar o preconceito que precisou e ainda precisa enfrentar, Wilton sugere que os prefeitos brasileiros experimentem, a cada dia, andar por suas cidades como deficiente.

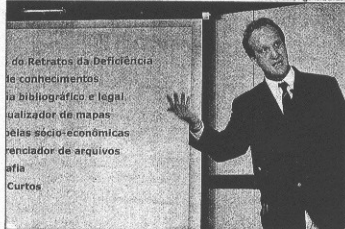
— Um dia como cego, outro dia uma cadeira de rodas, depois como usuário de muletas – diz, acreditando que essa atitude melhoraria muito a acessibilidade da cidade aos deficientes.

Migrações explicam paradoxos

28 Durante 18 meses de pesquisa, o economista da FGV, Marcelo Neri, identificou um paradoxo no Nordeste do Brasil. Apesar de altas taxas estaduais de deficientes, cinco municípios nordestinos encabeçam a lista dos menores índices do país. A partir do estudo, os movimentos migratórios, segundo Neri, passam a ser considerados um fator determinante da presença de deficientes nas regiões.

São Gonçalo do Piauí, a 190km de Teresina, apresenta a maior taxa de portadores de deficiências parciais. Porém, mais de um terço dessas pessoas vêm de outras cidades. Também no Piauí, o município de São Gonçalo da Gurguéia tem a quinta menor taxa, com 3,10% de deficientes. A migração, segundo Neri, se deve à procura por uma área com melhores condições de acessibilidade e explica parte das diferenças entre municípios de um mesmo Estado.

A explicação para a existên-



Rose Bross/Agência Brasil

MARCELO NERI apresenta os resultados do estudo, em Brasília

cia de municípios ricos com alta taxa de deficientes físicos é uma população maior de idosos, como em alguns locais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Neri admite o risco de o resultado da pesquisa parecer preconceituoso, mas acredita que as estatísticas não mentem:

— Os dados mostram isso com muita clareza. Mas o uso que as pessoas vão fazer das informações não compete a mim

julgar. O que ficou claro é que a deficiência mostra pouco da diferença social. Raça e escolaridade mostram muito mais.

Outros dados da pesquisa revelam que as mulheres são a maioria (54%) entre os portadores de deficiência parcial, pela maior longevidade feminina. Já os homens são a maioria (56%) entre os portadores de incapacidades totais por estarem mais expostos à violência e a acidentes.